



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
CIÊNCIAS DA VIDA E DA NATUREZA (ILACVN)**

**CURSO DE MEDICINA**

**LEVANTAMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER  
EM FOZ DO IGUAÇU-PR ACOMPANHADOS NO CRAM NO PERÍODO  
DE 2018-2021**

**AUDRI JOSEFA CHALLCO MERCADO**

Foz do Iguaçu

2024

**LEVANTAMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER  
EM FOZ DO IGUAÇU-PR ACOMPANHADOS NO CRAM NO PERÍODO  
DE 2018-2021**

AUDRI JOSEFA CHALLCO MERCADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Orientadora: Profa. Maria Claudia Gross, Dra.

Foz do Iguaçu

2024

AUDRI JOSEFA CHALLCO MERCADO

**LEVANTAMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER  
EM FOZ DO IGUAÇU-PR ACOMPANHADOS NO CRAM NO PERÍODO  
DE 2018-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Medicina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Profa. Dra. Maria Claudia Gross

UNILA

---

Profa. Dra. Fabiana Aidar Fermino

UNILA

---

Profa. MSc Alessandra Pawelec da Silva

UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Desejo expressar meus agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha trajetória acadêmica. Meu muito obrigada!

Aos meus pais, Sonia e Ricardo. A meu pai por inventar histórias para eu gostar de ler, a minha mãe por me ajudar a resolver aritmética no meu primeiro dia de colégio. Agradeço por ter me mostrado desde um início que sempre terei um apoio quando precisar, pela confiança que mostraram frente a minhas decisões e pelo suporte no meu desenvolvimento como pessoa e profissional. A minha irmã, Milena, pela compressão e apoio nas diferentes fases emocionais que passei durante minha vida universitária.

A minha orientadora, Maria Claudia, por todo o apoio que me ofereceu na realização deste estudo, sua dedicação, seu cuidado e compreensão que senti desde a primeira vez que a conheci, ao ser minha preceptora de Matriz. Assim como a minha coorientadora, Carla. Obrigada, às duas, por ter confiado em mim desde o primeiro dia que solicitei sua orientação, e por compartilhar comigo suas ideias, e que hoje podemos ver alguns belos frutos desse trabalho. É muito prazeroso conviver ao lado de umas profissionais que estão sempre em busca de novos desafios.

As minhas amigas Sara, Judith, Cinthya e Vanessa, por fazer que minha experiência acadêmica seja mais divertida, por me motivar a seguir me esforçando quando queria desistir, agradeço os sorrisos e momentos de ensinamentos e compreensão.

## RESUMO

O alto índice de mulheres vítimas de violência, mesmo com o passar dos anos, continua alarmando as organizações mundiais. No Brasil, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha que categoriza a violência em cinco tipos: física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. Entre as instituições que participam na rede de proteção à mulher está o CRAM. O objetivo da pesquisa foi investigar os casos de violência contra a mulher que foram acompanhados no CRAM, em Foz do Iguaçu-PR, no período de 2018-2021, identificando, principalmente, o tipo de violência mais frequente e o padrão do agressor. Trata-se de uma pesquisa documental e transversal de caráter quantitativo e descritivo. Para tanto, foram selecionadas as fichas de mulheres brasileiras e residentes em Foz do Iguaçu-PR, maiores de 18 anos, com atendimento no CRAM Rejane Marisa Dal Bó desde 01 janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021. Estas informações foram contabilizadas respeitando o instrumento de coleta de dados: busca pelo serviço, estado civil, escolaridade, acesso ao SUS, situação empregatícia, tipo de violência, filhos, dados do provável autor da violência e encaminhamentos realizados. Para construção de tabelas e gráficos foi utilizado o Software Microsoft Excel 2017. O padrão do agressor nos casos de violência é masculino e atual parceiro/ex-parceiro. Dos cinco tipos de violência, nos últimos anos houve aumento de denúncia nos casos de violência patrimonial e moral, o que mostra seu maior reconhecimento pela população. Entre as outras características das mulheres que mais sofriam violência, confirmaram-se que a maioria tinha ensino médio completo, um filho menor de idade. A isso, soma-se que o sistema de saúde é quem menos faz encaminhamentos, mesmo sendo o sistema que mais contato tem com a mulher, o que reflete a falta de conscientização sobre a materialização do sofrimento em um adoecimento concreto, devendo estratégias de educação continuada ser implementada para melhoria e conscientização sobre a violência contra mulher.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Direito da mulher. Saúde da mulher. Serviços de saúde da mulher.

## RESUMEN

Los altos índices de mujeres víctimas de violencia, pese al pase de los años, continúa alarmando a las organizaciones mundiales. En Brasil, en el 2006 fue prorrogada la Ley Maria da Penha que categoriza la violencia en cinco tipos: física, moral, psicológica, sexual y patrimonial. Entre las instituciones que participan de la red de protección a la mujer se encuentra el CRAM. El objetivo de la investigación fue averiguar los casos de violencia contra la mujer que fueron acompañados en el CRAM, en Foz do Iguazú-PR, en el periodo de 2018-2021, identificando, principalmente, el tipo de violencia más frecuente y el padrón del agresor. Esta investigación es del tipo documental y transversal, de carácter cuantitativo y descriptivo. Por lo tanto, fueron seleccionadas fichas de mujeres brasileñas residente en Foz de Iguazú, mayores de 18 años, con atendimento en el CRAM Rejane Marisa Dal Bó desde el 01 de enero del 2018 hasta el 31 de diciembre del 2021. Estas informaciones fueron contabilizadas según el instrumento de colecta de datos: busca por el servicio, estado civil, escolaridad, acceso al SUS, situación empregativa, tipo de violencia, hijos, dados del probable autor de la violencia y referencias realizadas. Para la construcción de las tablas y los gráficos se utilizó el Software Microsoft Excel 2017. El padrón del agresor en los casos de violencia es del sexo masculino y actual pareja/ex-pareja. De los cinco tipos de violencia, en los últimos años, hubo un aumento de denuncias en los casos de violencia moral y patrimonial, lo que mostraría un mayor reconocimiento por parte de la población. Entre las otras características de las mujeres que más sufrían violencia, se corroboró que la mayoría tenía secundaria completa, y un hijo menor de edad. Además, se mostró que el sistema de salud es quien menos realiza referencias, incluso siendo el sistema con mayor contacto con las mujeres, lo que refleja la falta de entendimiento sobre la materialización del sufrimiento en una enfermedad concreta, por lo cual, estrategias de educación continua deberían ser implementadas para una mejoría y concientización sobre la violencia contra la mujer.

**Palabras claves:** Violencia contra la mujer. Derechos de la mujer. Salud de la mujer. Servicio de salud de la mujer

## ABSTRACT

The high rates of women victims of violence, despite the passage of time, continue to alarm organizations worldwide. In 2006, the Maria da Penha Law was approved in Brazil, which categorizes violence into five types: physical, moral, psychological, sexual and patrimonial. Among the institutions participating in the women's protection network is CRAM. The objective of the research was to find out the cases of violence against women that were followed in the CRAM, in Foz do Iguaçu-PR, in the period of 2018-2021, identifying, mainly, the most frequent type of violence and the aggressor's pattern. This research is a quantitative, descriptive cross-sectional documentary study. It focuses on Brazilian women residents of Foz do Iguaçu, over 18, who sought help from CRAM Rejane Marisa Dal Bó between January 1, 2018, and December 31, 2021. This information was counted according to the data collection instrument such as service sought, marital status, education, access to the SUS, employment status, violence type, children, details of the probable perpetrator, and actions taken. Microsoft Excel 2017 was utilized for constructing graphs and tables. The common profile of aggressors in violence cases is male and current or former partner. Among the five types of violence, there has been a noticeable increase in reported cases of property and moral violence, indicating a growing recognition of these forms of violence. The majority of the women experiencing the highest frequency of violence had High School and a minor child. It's noteworthy that the health system, despite being the entity with the most contact with women, makes the fewest referrals. This underscores the lack of recognition of the transition from suffering to a tangible illness.

**Keywords:** Violence against women, Women's rights, Women's health, Women's health services.

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Gráfico 2 - Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de busca pelo serviço, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Gráfico 3 - Porcentagem de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de violência, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das fichas do CRAM das mulheres vítimas de violência segundo as categorias: busca pelo serviço, estado civil, escolaridade, quando necessita acessar o SUS, trabalho e renda, tipo de violência, meio de violência, filhos, dados do provável autor da violência e encaminhamentos realizados



## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Número de fichas de atendimento das mulheres que procuraram o CRAM, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Tabela 2 – Porcentagem, de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de busca pelo serviço, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Tabela 3 – Porcentagem, de mulheres por ano que procuraram o CRAM, encaminhadas por algum serviço, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Tabela 4 – Porcentagem de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de violência, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Tabela 5 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de vínculo com a vítima, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021

Tabela 6 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por sexo provável do autor, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi reconhecido o sexo o agressor.

Tabela 7 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de vínculo com a vítima, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem.

Tabela 8 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de situação civil, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado o estado civil.

Tabela 9 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por escolaridade, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. EFI refere-se a ensino fundamental incompleto, EFC a ensino fundamental completo, EMI a ensino médio

incompleto, EMC a ensino médio completo, ESI a ensino superior incompleto, ESC a ensino superior completo e NR a não registrado

Tabela 10 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por situação empregatícia, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado.

Tabela 11 – Registro de maternidade, número e idade dos filhos das mulheres que procuraram o CRAM no Município de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2018- 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado.

Tabela 12 - Procura de serviços de saúde pelas mulheres que procuraram o CRAM no Município de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2018- 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado; NE: não especifica, UBS: Unidade Básica de Saúde; UPA: Unidade de Pronto Atendimento.

Tabela 13 - Registro de encaminhamento, após atendimento no CRAM no Município de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2018- 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Agente Comunitário de Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IMP	Instituto Maria da Penha
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PR	Paraná
NR	Não relatado
SUS	Sistema Único de Saúde
TCI	Termo de Concordância Institucional
TCUD	Termo de compromisso de utilização de dados
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 JUSTIFICATIVA .....	9
3 OBJETIVO.....	11
4 METODOLOGIA.....	12
5 RESULTADO E DISCUSSÃO .....	16
6 CONCLUSÃO.....	33
7 REFERÊNCIAS.....	34

## 1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, foi alertada sobre vários casos de pneumonia de uma nova cepa de coronavírus na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China (OPAS, 2020). Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-COV-2 e em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia e a medida preventiva adotada em consequência da pandemia foi o isolamento social (OPAS, 2020).

Diante deste contexto pandêmico e considerando que uma a cada três mulheres no mundo sofre violência sexual e/ou física e que a maioria é do tipo doméstico perpetrada pelo parceiro, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez um chamado de alerta sobre o risco do aumento de violência contra a mulher devido ao isolamento social adotado em muitos locais como estratégia para tentar conter a disseminação do vírus, o que acarretou que muitas vítimas foram forçadas a conviver mais tempo com seus agressores (OPAS, 2021).

Na maioria dos casos o início da violência é lento e silencioso. Com o passar do tempo termina ganhando intensidade tornando as consequências mais graves. De acordo com a teoria sobre o ciclo da violência, três fases são evidenciadas: 1) tensão, 2) episódio agudo e a 3) lua de mel. A primeira descreve um comportamento típico do agressor, controle extremo e vigilância da mulher, e como resposta a mulher tenta apaziguá-lo e responder com menor hostilidade, que se encaixa no tipo de violência psicológica, pelo qual se recomenda a adoção de medidas protetivas como a procura de serviços psicológicos. Na segunda etapa do ciclo, além da violência psicológica que se torna mais intensa, somam-se as agressões físicas (violência física). Momento em que a mulher se dá conta que está fora das suas possibilidades de apaziguar e é necessário acionar algum serviço de ajuda, como a polícia. A última fase se dá depois da agressão, momento em que a situação se acalma e o agressor suplica perdão e promete não ter esse comportamento agressivo de novo. A mulher acredita que

esse episódio não acontecerá de novo, que só foi um evento isolado e que de novo tem a pessoa pela qual se apaixonou. Somente quando as mulheres se dão conta que estão dentro de um ciclo, na qual a etapa de desculpas e promessas de mudanças do comportamento por parte do parceiro só é uma fase e não um indicativo que a violência acabou, ela se sente a necessidade de se proteger e de cuidar seus filhos. A partir desse discernimento, é que ela pode procurar sozinha algum serviço que lhe ajude a romper esse ciclo de violência, propósito que tem maior probabilidade de acontecer pela tomada de consciência (NÓBREGA; BIANCO; VOGEL, 2022).

De fato o isolamento social, os *lockdowns* e a interrupção dos serviços exacerbaram o risco de exposição das mulheres a situações de violência, porém os dados informados pelas delegacias e alguns outros órgãos brasileiros mostraram uma diminuição de números, o que parece não refletir a realidade e sim as dificuldades do governo em resguardar os direitos da mulher (BRASIL, 2020; OTAMENDI; FERNANDES; ESTEVES, 2020; OPAS, 2021).

Segundo a ONU entende-se por violência contra a mulher qualquer ato de violência que ocasione ou possa resultar em danos tanto físicos, sexuais ou mentais (OPAS, 2021). As relações pessoais que caracterizam a violência doméstica e familiar contra mulheres envolvem: a) âmbito da unidade doméstica - espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; b) âmbito da família – entende-se como comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; c) relação íntima de afeto – compreende-se no qual o autor da agressão conviva ou tenha convivido com a mulher em situação de violência, independentemente de coabitação (POLÍCIA CIVIL/PR, 2022).

No Brasil, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha, Lei n.11.340/2006, com o objetivo de proteger a mulher contra a violência doméstica e familiar, sendo categorizada em cinco tipos: física, moral, psicológica, sexual e patrimonial (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2006). Ainda, essa lei ressalta as funções e a integração que deveriam existir nos diferentes sistemas, tanto do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das outras áreas

como da saúde. Dentro das suas funções para com a mulheres em situação de violência estão a prevenção e a assistência (BRASIL, 2006).

Em 2007, um ano depois da criação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Esse pacto permitiu o planejamento e a consolidação dos objetivos da política de 2006 mediante o acordo entre a esfera federal, estadual e municipal. Dentro dos 5 eixos da sua estrutura faz referência à garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha e a ampliação e o fortalecimento das redes de serviços para as mulheres em situações de violência (BRASIL, 2018).

Em consequência do Pacto foi lançado o programa "Políticas para as mulheres: promoção da igualdade e enfrentamento à violência" em 2016. Dentro das suas ações estratégicas estava a criação de Centros de Atendimento à Mulher – CRAM (BRASIL, 2019).

O CRAM é um espaço especializado de acolhimento/atendimento para mulheres em situação de violência. Conta com uma equipe multidisciplinar que oferece acompanhamento psicológico, social e jurídico; fornecendo assim, o apoio necessário e especializado para superar essa violência ocorrida. Além disso, também fortalece e tenta resgatar a autonomia da vítima, dando acesso a programas de educação, buscando dessa maneira inserir no mundo do trabalho (BRASIL, 2019).

## **2 JUSTIFICATIVA**

A violência contra a mulher não é só problema da mulher. Vários estudos mostram que os custos sociais e econômicos como consequência de dita violência são enormes e tem um efeito em cascata para a sociedade. Em termos de produtividade perdida e aumento no uso dos serviços sociais, a violência contra a mulher representa uma imensa carga econômica (OLIVEIRA, 2018).

O informe da ONU mulheres, *Measuring the shadow pandemic: Violence against women during COVID*, mostrou que uma de cada duas

mulheres informou que ela ou uma mulher que conhece já tinha experimentado alguma forma de violência desde o início da pandemia de COVID-19 (ONU Women, 2021).

Durante a pandemia, a ONU publicou medidas que os diferentes países poderiam adaptar. Uma das medidas era a implementação de estabelecimentos de emergência nas farmácias e nos supermercados, disposição que não foi implementada no Brasil. As únicas disposições que foram implementadas não outorgaram ações concretas e imediatas à situação requerida, expondo a vulnerabilidade ainda existente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

No Brasil já se tem leis e serviços de saúde pública que oferecem atenção a vítimas de violência, mas estas políticas públicas e as implementações realizadas estão fragmentadas e fragilizadas, atuando apenas como medidas paliativas (SANTOS, et al., 2017).

A violência de gênero no Brasil é hiperendêmica. Isso se refere à manutenção de uma doença social que se manifesta com alta frequência. Esta condição hiperendêmica não apenas evidencia a gravidade do problema, mas também indica que a violência de gênero é uma questão profundamente enraizada na sociedade (PADILHA; GORISCH, 2021).

Portanto, conhecer a realidade local se faz necessária, especialmente no que se refere aos dados relacionados ao entendimento de como é que a maioria das mulheres procura os estabelecimentos, quem são os principais agressores, qual é o tipo de violência que mais acomete as mulheres, entre outros. Estes dados permitirão uma melhor mensuração da realidade local e a criação de ações que ajudem a combater a violência contra a mulher nesta região.



### **3 OBJETIVO**

#### **3.1 Objetivo geral**

- Investigar se existe um padrão nos casos de violência contra a mulher iguaçuense que foram acompanhados no CRAM em Foz do Iguaçu - PR no período de 2018-2021.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Contabilizar quantos casos de violência contra mulheres brasileiras e residentes em Foz do Iguaçu foram acompanhados no CRAM deste município no período entre 2018 e 2021.
  - Identificar qual tipo de busca pelo serviço de saúde tem maior número de casos atendidos no CRAM.
    - Identificar os tipos de violência mais frequentes no CRAM.
    - Identificar qual tipo de profissional da saúde é responsável pelo maior encaminhamento ao CRAM (ACS, auxiliar de enfermagem, enfermeiro e médico).
  - Identificar se existe um padrão do agressor.

## 4 METODOLOGIA

Foi efetuada uma pesquisa documental e transversal de caráter quantitativo e descritivo no Centro de Atendimento à Mulher (CRAM) Rejane Marisa Dal Bó, no município de Foz do Iguaçu-PR. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CAAE:64771922.4.0000.0095; parecer 5.920.940).

Foz do Iguaçu, PR, tem uma população de aproximadamente 263.508 habitantes abrigando cerca de 80 nacionalidades com suas diferentes línguas e culturas (MUNICÍPIO DE FOZ, 2019). O CRAM Rejane Marisa Dal Bó articula-se com outros serviços do mesmo município com o objetivo de ofertar o serviço necessário e particular para a vítima. Dentro desses serviços está a Delegacia da Mulher, o Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Hospital Municipal Padre Germano Lauck, o Hospital Ministro Costa Cavalcanti, a Patrulha Maria da Penha, o Conselho dos Direitos da Mulher e a Casa Abrigo. Por esse motivo, considera-se um serviço estratégico para o acolhimento e encaminhamento dos casos de violência contra a mulher, o que a torna ideal para os objetivos da pesquisa (HICKMANN, 2019).

Neste estudo foram analisadas 1331 fichas de mulheres maiores de 18 anos, nacionalidade brasileira, residentes em Foz do Iguaçu, com motivo de entrada ou atendimento, informando ser vítima de violência contra a mulher, que recorreram ao CRAM/Foz do Iguaçu, com data de entrada de 01 janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021. As fichas continham o tipo de busca pelo serviço, o tipo de violência (de acordo com a Lei Maria da Penha) e o tipo de agressor. Foram excluídas fichas referentes a atendimentos de violência autoprovocada e situações que configuraram como motivo de violência transfobia, homofobia e xenofobia, já que elas implicam outras categorias sociais que este estudo não chegou a abarcar. Também foram excluídas as fichas que não estavam corretamente preenchidas nos campos de interesse. Casos em que a pessoa procurou o serviço mais de uma vez foi contabilizado como uma só, já que os posteriores atendimentos eram anexados no prontuário aberto no primeiro atendimento.

As informações foram classificadas em categorias e subcategorias, o que permitiu a contabilização do número de casos. As categorias foram: busca pelo serviço (espontânea ou encaminhada pelo setor saúde); estado civil, escolaridade, uso dos serviços de saúde oferecidos pelo SUS, tipo de violência, a quantidade de filhos de 0 a 18 anos, vínculo/parentesco com o provável agressor, sexo do provável agressor; e o encaminhamento posterior ao atendimento.

As fichas que cumpriam os requisitos foram categorizadas e contabilizadas pelas categorias acima citadas, sendo as mesmas subdivididas em algumas outras especificações (Quadro 1). As fichas não achadas foram categorizadas como fichas observadas e, de acordo com o responsável do CRAM, eram fichas que estavam armazenadas em outro lugar devido ao sigilo ou estavam em uso nos diferentes setores do CRAM.

Para a construção de tabelas e gráficos foi utilizado o Software Microsoft Excel 2017, como o objetivo de analisar a incidência de acordo com as categorias. Foram feitas tabelas que relacionam as diferentes categorias com o ano em que aconteceu. A estatística descritiva foi utilizada para a análise dos dados, que foram apresentados no formato de gráficos.

Quadro 1 - Classificação das fichas do CRAM das mulheres vítimas de violência segundo as categorias: busca pelo serviço, estado civil, escolaridade, acesso ao SUS, situação de trabalho, tipo de violência, filhos, dados do provável autor da violência e encaminhamentos realizados. NR = não relatado; NE = Não especificado; UBS = Unidade Básica de Saúde; UPA = Unidade de Pronto-atendimento

CATEGORIAS		
BUSCA PELO SERVIÇO	<p>Espontânea Encaminhada</p> <p>NR</p>	<p>Espontânea Encaminhada: saúde, segurança, assistência social, justiça, educação, outros e não registrado</p>
ESTADO CIVIL	<p>Solteira Casada União estável/consensual Viúva Separada Ignorado NR</p>	
ESCOLARIDADE	<p>Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Ensino superior incompleto Ensino superior completo Não registrado Analfabeto</p>	
QUANDO NECESSITA ACESSA O SUS?	<p>Não Sim</p> <p>NR</p>	<p>UBS UPA Hospital NE</p>
TRABALHO	<p>Não Sim NR</p>	
TIPO DE VIOLÊNCIA	<p>Física Psicológica Sexual Patrimonial Moral</p>	
FILHOS	<p>Não Sim</p> <p>NR</p>	<p>Menor de idade (0 a 18 anos) Maior de idade Gestante Maior e menor de idade</p>
DADOS DO PROVÁVEL AUTOR DA VIOLÊNCIA	<p>Desconhecido Conhecido</p>	<p>Padrasto Namorado/ Cônjuge/ Marido/ Companheiro</p> <p>Ex-namorado/ Cônjuge/ Marido/ Companheiro Filho/pai Irmão/avô Amigo Colega/patrão/chefe</p>

		Policia Sobrinho/tio/cunhado Outro NR
	SEXO DO PROVÁVEL AUTOR	Masculino Feminino Ambos (se for mas de um) NR
ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS	NR Encaminhada	Rede da Saúde Rede da assistência social Rede da educação Rede de atendimento à mulher Delegacia da mulher Ministério público Defensoria pública judicial Outro

## 5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Em 2018 foram 317 mulheres que buscaram atendimento e este valor aumentou em 2019, chegando a 408 mulheres. No entanto, em 2020, houve uma queda, chegando a 275 mulheres, provavelmente por causa da pandemia e a restrição do atendimento físico de diferentes centros. Mas no ano de 2021 houve um aumento para 397 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR.

No ano 2018, mais de 70% das fichas não cumpriam os critérios de inclusão e em muitas delas só estava registrada a informação da mulher denunciante, com nenhum outro dado registrado. Nos anos 2019, 2020 e 2021 houve uma melhoria nos registros, porém ainda assim mais de 50% eram de fichas com pouca informação ou sem informação (Tabela 1). Isso demonstra que, dentre as estratégias que devem ser implementadas para auxiliar no combate a violência contra a mulher nesta região, está a formação continuada dos profissionais do CRAS, incluindo a capacitação acerca da importância dos registros atualizados, uma vez que a falta de dados dificulta a tomada de decisões de maneira efetiva.

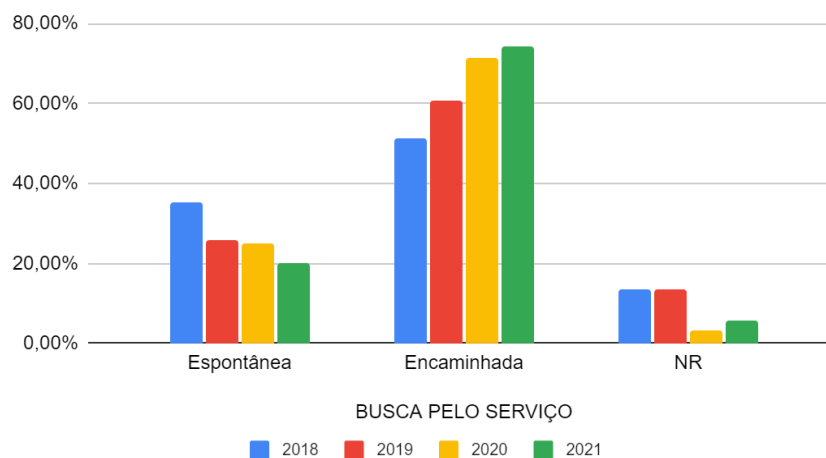
Tabela 1 – Número de fichas de atendimento das mulheres que procuraram o CRAM, no Município de Foz do Iguaçu - PR, no período 2018 – 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem.

FICHAS	ANO			
	2018 N(%)	2019 N(%)	2020 N(%)	2021 N(%)
Cumprem critérios	86(25,9%)	175(42,9%)	116(42,2%)	140(35,3%)
Fichas não cumprem critérios	226(71,3%)	206(50,5%)	142(51,6%)	240(60,5%)
Fichas observadas	05(1,6%)	27(6,6%)	17(6,2%)	17(4,3%)
Total	317	408	275	397

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu-PR.

Com relação ao tipo de procura do atendimento, a classificação foi em três grupos principais: espontânea, encaminhada e não registrada (Gráfico 2, Tabela 2). Em todos os anos analisados, a maioria das mulheres foi encaminhada, com um valor superior a 50%. Além disso, considerando os dados relacionados à busca espontânea, esses dados podem indicar que poucas mulheres conhecem os serviços disponíveis no CRAM e na rede de atendimento à mulher, assim como permitem inferir que ainda falta muito para que as mulheres falem sobre a violência que podem estar sofrendo, já que ao não ser um centro de denúncia e mais de apoio, o CRAM deveria ter mais procuras voluntárias.

Gráfico 2 - Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de busca pelo serviço, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 – 2021. NR = não registrada.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu, 2023.

Tabela 2 – Porcentagem, de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de busca pelo serviço, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 – 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem.

BUSCA PELO SERVIÇO	ANO			
	2018 N(%)	2019 N(%)	2020 N(%)	2021 N(%)
Espontânea	29(35,4%)	45(25,7%)	29(25%)	28(20%)
Encaminhada	42(51,2%)	106(60,6%)	83(71,6%)	104(74,3%)
NR	11(13,4%)	24(13,7%)	04(3,4%)	08(5,7%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu-PR.

Entre o grupo de mulheres encaminhadas, a grande porcentagem foi encaminhada pela segurança pública, pela polícia e pela delegacia (Tabela 3). Uma explicação do aumento de encaminhamentos pela segurança, nos anos 2020 e 2021, deve-se ao fato de que os policiais militares eram os primeiros a lidar com a situação (FBSP, 2022). Além disso, é o órgão que fica disponível nas



24h e que realiza atendimentos imediatos ao chamado, o que explicaria por que é o principal centro/órgão em encaminhar mulheres vítimas de violência para o CRAM.

O setor saúde foi responsável por uma quantidade mínima de encaminhamentos, sendo que alguns foram direcionados pelo hospital como parte do fluxo frente à violência sexual. O encaminhamento é algo que deveria ser feito especialmente pelas UBS, que ao ser o centro que tem mais conexão com a mulher, deveria ser o principal em orientar a procura ao CRAM quando suspeitar de violência contra a mulher, visto que além da tristeza e da humilhação, o sofrimento de violência termina materializando-se num adoecer concreto, evidenciando-se no corpo físico. Entre os profissionais mais imersos no cuidado do indivíduo estaria o papel do médico e da enfermagem, sem retirar a responsabilidade de todos os outros profissionais frente a uma situação de violência. Por isso, quando uma paciente relata dores generalizadas ou vai muitas vezes à Unidade de Saúde, deve ser um sinal alerta e não se deve deixar escapar o significado mais amplo da saúde e do adoecer (DA SILVA et al. 2020).

Tabela 3 – Porcentagem, de mulheres por ano que procuraram o CRAM, encaminhadas por algum serviço, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 – 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem.

BUSCA PELO SERVIÇO		ANO			
		2018 N(%)	2019 N(%)	2020 N(%)	2021 N(%)
Encaminhada	Saúde	02(4,8%)	09(8,5%)	10(12%)	04(3,8%)
	Segurança/polícia/ delegacia	21(50%)	46(43,4%)	38(45,8%)	68(64,4%)
	Assistência social	07(16,7%)	10(9,4%)	13(15,7%)	13(12,5%)
	Justiça	07(16,7%)	33(31,1%)	16(19,3%)	14(13,5%)
	Educação	03(7,1%)	03(2,8%)	0(0%)	0 (0%)
	Outros	01(2,4%)	04(3,8%)	03(3,6%)	04(3,8%)
	NR	01(2,4%)	01(0,9%)	03(3,6%)	02(1,9%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu-PR.

O registro de violência respeita a categorização pelos 5 tipos dispostos na Lei Maria Penha. A porcentagem de mulheres que procuraram o CRAM em Foz do Iguaçu, no período 2018 a 2021, mostra que a violência psicológica foi a de maior porcentagem em todos os anos analisados, seguida pela violência física. A violência moral sofreu acréscimo nessa escala temporal e a sexual um decréscimo (Tabela 4). Estes dados são um reflexo da realidade brasileira, visto que em 2018 e 2019 a ofensa verbal, como insultos e xingamentos, foi experimentada por 21,8% e 18,6%, respectivamente; e 9% (2018) e 8,5% (2019) relataram ter sofrido ameaças de violência física como tapas, empurrões ou chutes (FBSP; DATAFOLHA, 2021).

Tabela 4 – Porcentagem de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de violência, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 – 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem

TIPO DE VIOLÊNCIA	ANO			
	2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Física	54(35,5%)	118(29,9%)	81(27,3%)	84(21,5%)
Psicológica	66(43,4%)	144(36,5%)	103(34,7%)	135(34,6%)
Sexual	12(7,9%)	27(6,8%)	14(4,7%)	17(4,4%)
Patrimonial	15(9,9%)	53(13,4%)	35(11,8%)	61(15,6%)
Moral	05(3,3%)	53(13,4%)	64(21,5%)	93(23,8%)

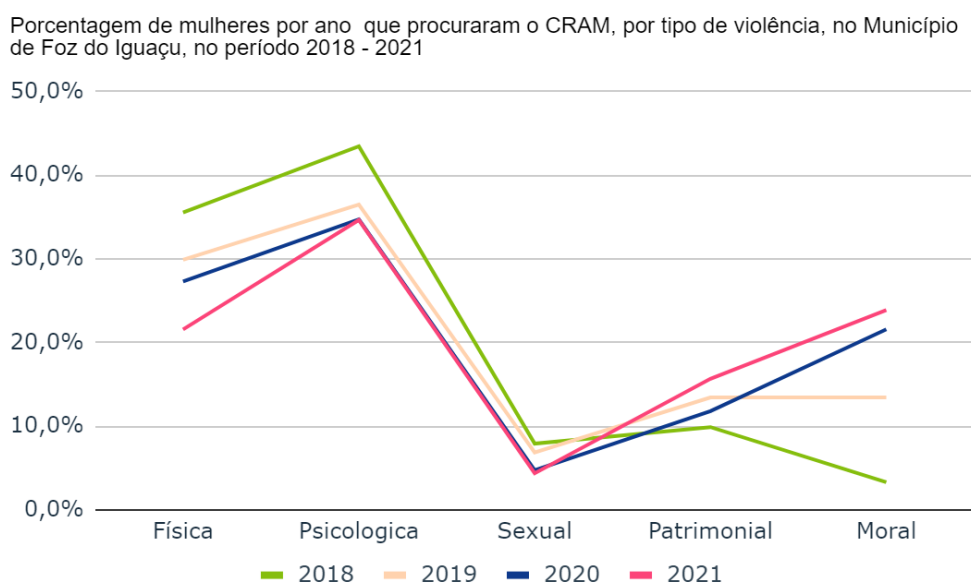
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu- PR

Se avaliarmos os anos 2019 e 2020, houve uma queda em quase todos os tipos de violência, com exceção da violência moral. Segundo o informe emitido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, durante a pandemia (ano 2020) houve uma redução de quase todas as notificações em delegacias de polícia. Mas não se pode avaliar se realmente foi uma diminuição dos casos ou só das notificações, porque o número de Medidas Protetivas de Urgência concedidas teve um aumento de 4,4% no total. A isso se soma, que o número

de chamadas ao 190, também indicaram crescimento de 16,3% em comparação ao ano 2019 relativas à violência doméstica (FÓRUM BRASILEIRO DE SP, 2021; 2022).

Ao contrário da violência física que visualmente vem diminuindo ao longo dos anos, a violência moral vem aumentando (Gráfico 3). Uma possível explicação é que a maioria das mulheres tem maior conhecimento sobre os tipos de violência, já que antigamente só era considerado a violência física assim como a violência sexual, com os anos mostrou-se que o maltrato psicológico podia ser tipificado como violência, e com a Lei Maria de Penha reconheceu-se a violência patrimonial e moral (ASSUNÇÃO, 2021).

Gráfico 3 - Porcentagem de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de violência, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR

Um aspecto importante da violência psicológica, é que em diversas situações as mulheres chegam ao serviço de saúde relatando queixas ou diagnóstico que são mais categorizados como doenças que como violência psicológica. Entre as queixas e diagnósticos temos as dores crônicas, síndromes do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares. Isso torna

mais difícil identificar a situação como um caso de violência (SILVA; MARQUES; WANZINACK, 2023).

Em relação à violência sexual, a mais praticada contra as mulheres, na maioria dos casos são contra adolescentes e mulheres já na fase adulta, o que compromete essas fases de vida, afasta as mulheres da escola, gera traumas e desestrutura a família, produzindo marcas persistentes (SILVA; MARQUES; WANZINACK, 2023). Em termos de atendimento de saúde, o CRAM não é o principal centro de referência e por isso os valores podem não mostrar a realidade vivida no estado e no âmbito nacional.

Considerando os dados dos agressores, a maioria das mulheres atendidas pelo CRAM de Foz do Iguaçu no período de 2018 a 2021 indicou que o agressor era conhecido (Tabela 5) e do sexo masculino (Tabela 6), dado congruente com o anuário publicado pelo fórum nacional de segurança pública, que nos anos 2018 e 2020 (76,4% e 72,8%, respectivamente), afirmaram que o autor da violência era conhecido (FBSP; DATAFOLHA, 2019; FBSP; DATAFOLHA, 2021).

Tabela 5 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de vínculo com a vítima, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 – 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem.

VÍNCULO	ANO			
	2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Desconhecido	01(1,2%)	03 (1,7%)	02 (1,7%)	0 (0%)
Conhecido	81(98,8%)	172(98,3%)	114(98,38%)	140 (100%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu-PR.

Tabela 6 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por sexo provável do autor, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi reconhecido o sexo o agressor.

SEXO PROVÁVEL AGRESSOR	ANO			
	2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Masculino	71(86,6%)	166(94,9%)	110(94,8%)	130(92,9%)
Feminino	04(4,9%)	04(2,3%)	05(4,3%)	02(1,4%)
Ambos	0(0%)	01(0,6%)	01(0,9%)	02(1,4%)
NR	07 (8,5%)	04(2,3%)	0(0%)	06(4,34%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR.

Na maioria dos casos, a violência de gênero é praticada por homens contra meninas e mulheres. Segundo os informes, no Brasil, a violência de gênero mais comum é aquela causada pelo parceiro, seja atual ou passado [ROSS (2019 apud BRASIL, 2020), p.26)], o que também foi visualizado nesta pesquisa (Tabela 7).

Tabela 7 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de vínculo com a vítima, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem.

VÍNCULO		ANO			
		2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Desconhecido		01(1,2%)	03 (1,7%)	02 (1,7%)	0 (0%)
Conhecido	Padrasto	0(0,0%)	01(0,6%)	01(0,9%)	0(0,0%)
	Namorado/ cônjuge/ marido/ companheiro	40(48,8%)	91(52,0%)	38(32,8%)	50(35,7%)
	Ex namorado/ cônjuge/ marido/ companheiro	17(20,7%)	52(29,7%)	57(49,1%)	65(46,4%)
	Filho/ pai	05(6,1%)	14(8,0%)	10(8,6%)	08(5,7%)
	Irmão/ avô	01(1,2%)	0(0,0%)	03(2,6%)	01(0,7%)

	Amigo	02(2,4%)	01(0,6%)	0(0,0%)	02(1,4%)
	Colega/ patrão/ chefe	02(2,4%)	01(0,6%)	0(0,0%)	01(0,7%)
	Policial	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)
	Sobrinho/ tio/ cunhado	03(3,7%)	01(0,6%)	01(0,9%)	0(0,0%)
	Outro	03(2,4%)	04(2,3%)	03(2,6%)	07(5,0%)
	NR	08(9,8%)	07(4,0%)	01(0,9%)	06(4,3%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR

Em 2018 o principal responsável foi o namorado, cônjuge, marido ou companheiro, com um percentual de 48,8%, seguido pelo ex-namorado, ex-cônjuge, ex-marido ou ex-companheiro, com 6%. Este padrão se manteve em 2019, com um 52% e 15%, respectivamente. Valores quase similares ao estimado, em 2018, a nível do Brasil, no qual a categoria de cônjuge/companheiro/namorado foi responsável por 23,8%, à qual se seguem a de vizinho (21,1%) e a de cônjuge/ ex-companheiro/ex-namorado (15,2%). Familiares como irmãos(ãs), pais/mães, padrasto/madrasta, tio(a) etc somam 14,6% dos agressores reportados, aos quais se seguem amigos(as) com 6,3% (FBSP; DATAFOLHA, 2019).

Em 2020 e 2021 o principal responsável foi o ex-namorado, ex-cônjuge, ex-marido ou ex-companheiro com 49,1% e 46,4% seguido pelo namorado, cônjuge, marido ou companheiro com 32,8% e 35,7%, respectivamente. Valores similares ao estimado em 2020, a nível do Brasil, sendo que 25,4% eram cônjuges/companheiros/namorados; ex-cônjuges/ ex-companheiros/ ex-namorados (18,1%); pais/mães (11,2%), padrastos e madrastas (4,9%), e filhos e filhas (4,4%), o qual mostra alta prevalência de violência doméstica e intrafamiliar (FBSP; DATAFOLHA, 2021).

Até o momento só temos 3 anuários brasileiros de Segurança Pública, e nas três pesquisas, realizadas em 2017, 2019 e 2021, dois fatores não se modificaram: as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa e os autores de violência são pessoas conhecidas da vítima, com os quais têm ou tiveram algum tipo de vínculo afetivo (FBSP; DATAFOLHA, 2021).

A violência pelo parceiro ou ex-parceiro poderia estar explicada por uma interligação nas duas teorias predominantes: a cultura do patriarcado e a da relação afetivo-conjugal. Num relacionamento afetivo-conjugal, os companheiros vivem sempre em uma relação simbiótica, na qual sustenta o outro em cada papel exercido. Algo que pode passar inadvertido pelos integrantes de dita relação (SOUZA; DA ROS, 2006).

De acordo com o estado civil, o presente estudo mostra que no ano 2018, 26,8% das vítimas eram casadas, no entanto 25,6% das fichas não continham esta informação. No ano de 2019 38,9% eram solteiras, seguida pelas casadas com 24%. A partir deste ano as fichas com “dato não registrado” diminuiram totalmente, chegando a menos de 10%. No ano de 2020 e 2021, 53,4% e 52,1%, respectivamente, eram solteiras, seguidos pelas casadas com 17,2% e 25% e em terceiro lugar pelas separadas com 8,6% e 10%, respectivamente (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por tipo de situação civil, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado o estado civil.

ESTADO CIVIL	ANO			
	2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Solteira	19(23,2%)	68(38,9%)	62(53,4%)	73(52,1%)
Casada	22(26,8%)	42(24,0%)	20(17,2%)	35(25,0%)
União estável/consensual	13(15,9%)	31(17,7%)	17(14,7%)	11(7,9%)
Viúva	01(1,2%)	03(1,7%)	04(3,4%)	03(2,1%)
Separada	05(6,1%)	14(8,0%)	10(8,6%)	14(10,0%)
Ignorado	01(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)
NR	21(%)	17(9,7%)	03(2,6%)	04(2,9%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR.

Segundo o anuário de 2020, as mulheres que mais sofreram violências foram as separadas e divorciadas (35%); seguidas pelas solteiras (30,7%); casadas (16,8%); viúvas (17,1%) (FBSP; DATAFOLHA, 2021). Estes dados diferem do achado no CRAM, no entanto devemos considerar que em ambas as avaliações as mulheres solteiras são as que mais sofrem violência. Essa disparidade pode se referir ao fato de que o CRAM apenas registra o que é informado, sem fazer uma verificação formal e, muitas das mulheres separadas consideram-se solteiras, dado não regularizado notarialmente.

O nível de escolaridade das mulheres aumentou durante os últimos anos (Tabela 9). Devemos entender que o processo de escolarização possui uma importante função social, porque permite a constituição do sujeito o que impulsiona o desenvolvimento humano. Destaca-se que mesmo que a escola seja um direito de todos, infelizmente nem todos podem ter acesso (SOUZA, 2020).

Tabela 9 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por escolaridade, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. EFI = ensino fundamental incompleto; EFC = ensino fundamental completo; EMI = ensino médio incompleto; EMC = ensino médio completo; ESI = ensino superior incompleto; ESC = ensino superior completo e NR = não registrado.

ESCOLARIDADE	ANO			
	2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
EFI	01(1,2%)	32(18,3%)	29(25,0%)	33(23,6%)
EFC	0(0,0%)	08(4,6%)	10(8,6%)	10(7,1%)
EMI	0(0,0%)	13(7,4%)	11(9,5%)	18(12,9%)
EMC	02(2,4%)	33(18,9%)	40(34,5%)	44(31,4%)
ESI	03(3,7%)	13(7,4%)	08(6,9%)	11(7,9%)
ESC	05(6,1%)	13(7,4%)	10(8,6%)	11(7,9%)
NR	71(86,6%)	60(34,3%)	08(6,9%)	12(8,6%)
Analfabeto	0(0,0%)	03(1,7%)	0(0,0%)	01(0,7%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu-PR.



Ao analisar a escolaridade (tabela 9), percebe-se que em todos os níveis de educação há vítimas de violência. Sem embargo, houve uma grande dificuldade nas fichas dos anos 2018 e 2019, porque o nível de escolaridade da vítima não estava registrado, o qual não permitiu uma comparação a nível nacional. Nos anos de 2020 e 2021 um percentual de 34,48% e 31,43%, respectivamente, referiram ensino médio completo; e um percentual de 25% e 23,6%, ensino fundamental incompleto, respectivamente.

Segundo o relatório, desde 2018 observou-se que o percentual de violência cai conforme aumenta a escolaridade (FBSP; DATAFOLHA, 2019). Essa informação é corroborada ao comparar os demais níveis de escolaridade com o ensino superior completo. No entanto, ao comparar os valores de ensino fundamental e médio, o número de mulheres com ensino médio era maior em comparação ao nível fundamental. Uma possível explicação é entender que há uma diferença na forma em que essas mulheres enfrentam as situações de violência. A diferença que distingue as mulheres com maior escolaridade é que costumam ter autonomia pessoal, o qual diminui sua tolerância às agressões. Além disso, quando vitimadas, procuram resolver o problema em consultórios de psicólogos e escritórios de advocacia particulares. Isto poderia explicar o porquê há uma reduzida porcentagem de mulheres com ensino superior que notificaram violência e também o porquê as mulheres de ensino médio completo denunciaram mais, já que possuem um pouco mais de autonomia em comparação ao de baixa escolaridade (EFI), já que estas últimas tendem a desistir da denúncia formal, ou mesmo só falar, porque em sua maioria são dependentes financeiramente ou emocionalmente do agressor (SILVA; MARQUES; WANZINACK, 2023).

Outro dos temas avaliados diz respeito à relação entre a participação feminina no mercado de trabalho (PFMT) e a violência doméstica e familiar contra as mulheres (tabela 10). Esta categoria foi preenchida corretamente em todo o período estudado. No ano 2018 36,6% relataram não ter trabalho, valor menor que o número de mulheres que trabalhavam (45,1%). No ano de 2019, a maioria não trabalhava (49,7%); já em 2020 a maioria referiu trabalhar (50%). Valor que decresceu em 2021, para 44,3%, sendo que a maioria não trabalhava (54,3%).

Tabela 10 – Número de mulheres por ano que procuraram o CRAM, por situação empregatícia, no Município de Foz do Iguaçu, no período 2018 - 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado.

TRABALHO	ANO			
	2018 N(%)	2019 N(%)	2020 N(%)	2021 N(%)
Não	30(36,6%)	87(49,7%)	54(46,6%)	76(54,3%)
Sim	37(45,1%)	81(46,3%)	58(50,0%)	62(44,3%)
NR	15(18,3%)	07(4,0%)	04(3,4%)	02(1,4%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR

O ano 2020 foi crucial devido a pandemia de COVID-19 e 25,1% das mulheres que sofreram violência destacaram que a perda de emprego, a diminuição da renda e a impossibilidade de trabalhar para garantir o próprio sustento foram os fatores que mais influenciaram para a ocorrência de violência (FBSP; DATAFOLHA, 2021). Essa informação e esses dados foram corroborados pela pesquisa realizada em 2022, a qual apontou que no ano 2020, a perda de emprego e a diminuição da renda familiar foi mais sentida nas mulheres que já sofriam violência, tornando-se ainda mais difícil romper esses vínculos com parceiros abusivos ou essas relações violentas (FBSP, 2022). Adicionalmente, é possível que mulheres casadas e sem emprego fixo possam não estar denunciando, encontrando-se em uma situação de extrema vulnerabilidade (JESUS, 2022).

Podemos notar que há uma pequena diferença entre a violência que sofrem tanto as mulheres que trabalhavam como as que não trabalham. Uma explicação possível é que o trabalho, faz que a mulher ganhe sua independência financeira, o qual diminui as probabilidades de sofrer violência conjugal, já que lhe permite se separar do cônjuge. Outra explicação, é que, a inserção da mulher no trabalho aumenta as tensões no casal, o que termina levando a agressões e redonda na dissolução da parceria. Ainda, devemos considerar a independência econômica como um processo de empoderamento das mulheres, tanto na autoestima como na segurança para tomada de decisões e a compreensão de

que a violência não é um fracasso pessoal e sim um problema social (IPEA, 2019).

Também devemos pensar que o aspecto econômico colabora para o nível de gravidade da situação de violência, já que segundo os registros, pode se associar a situação de violência contra a mulher à pobreza, visto que a maioria das investigações são realizadas em serviços públicos. O que aumenta o tempo de convivência com o agressor (SILVA; MARQUES; WANZINACK, 2023)

Entre as mulheres com filhos, mais de 47% das mulheres atendidas em 2018 e 2019 referiram ter filhos menores de 18 anos, chegando a 53% e 54,3% nos anos de 2020 e 2021, respectivamente (Tabela 11).

Tabela 11 – Registro de maternidade, número e idade dos filhos das mulheres que procuraram o CRAM no Município de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2018-2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado.

FILHOS		ANO			
		2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Não		06(7,3%)	20(11,4%)	04(3,5%)	12(8,6%)
Sim	Menor de idade (<18 anos)	39(47,6%)	85(48,6%)	61(53,0%)	76(54,3%)
	Maior de idade (>18 anos)	09(11,0%)	14(8,0%)	12(10,4%)	19(13,6%)
	Gestante	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)
	Maior e menor de idade	08(9,8%)	17(9,7%)	15(13,0%)	12(8,6%)
NR		20(24,4%)	39(22,3%)	23(20,0%)	21(15,0%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu - PR.

Por meio de pesquisas, encontram-se indícios de uma maior propensão à violência em mulheres com filhos. A “criação dos filhos” é considerada como um fator importante, pois as mulheres, na sua maioria, acreditam necessária a presença da “figura paterna” na educação, chegando à conclusão que mulheres que têm filhos sofrem mais violência (SOUZA; DA ROS, 2006). Além disso, cabe ressaltar que existe a possibilidade de que mulheres casadas e sem empregos fixos possam não estar denunciando e se encontrem em uma espécie de vulnerabilidade extrema.

Além de maior propensão à violência em mulheres com filhos, não se deve subestimar o impacto da violência doméstica nas crianças e adolescentes, porque o impacto não é temporário e não desaparece com o crescimento das crianças. O trauma da infância não deve ser ignorado só porque seus efeitos ainda não são aparentes. E deve se considerar que mesmo a criança vítima seja retirada da casa, a experiência de violência sofrida pode reverberar por toda sua vida (SILVA; MARQUES; WANZINACK, 2023).

Tendo em conta que o bem-estar do cidadão é responsabilidade do estado, o qual inclui o bem-estar das mulheres, considerou-se analisar a procura de serviços vinculados ao SUS quando necessários. Em 2018, 70,2% das fichas de atendimento não tinham registro dessa informação. Porcentagem que diminuiu em 2019 e nos anos posteriores. Em 2019, 2020 e 2021, mais de 40% relataram procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS), seguida pela UPA por aproximadamente 20% (tabela 12).

Tabela 12 - Procura de serviços de saúde pelas mulheres que procuraram o CRAM no Município de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2018- 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado; NE: não especifica, UBS: Unidade Básica de Saúde; UPA: Unidade de Pronto Atendimento.

QUANDO NECESSITA ACESSA O SUS?		ANO			
		2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
Não		0(0,0%)	02(0,8%)	0(0,0%)	04(2,0%)
Sim	NE	12(14,3%)	15(6,1%)	02(1,1%)	08(3,9%)
	UBS	11(13,1%)	108(43,7%)	85(45,2%)	84(41,0%)
	UPA	01(1,2%)	54(21,9%)	48(25,5%)	48(23,4%)
	Hospital	01(1,2%)	27(10,9%)	25(13,3%)	22(10,7%)
NR		59(70,2%)	41(16,6%)	28(14,9%)	39(19,0%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu, 2023.

As mulheres vítimas de violência costumam apresentar mais dores crônicas e procuram com mais frequência os postos de saúde. Na interpretação

da doença desde um olhar biopsicossocial, foi evidenciado que existe um nexo entre a violência e a saúde. Aqui é onde se tem uma grande barreira, já que as respostas médicas às mulheres vítimas de violência costumam se limitar às agressões físicas, mostrando falta de interesse ou tempo, sem entender que ditos problemas mais subjetivos exigem maior empatia. Entre os problemas à saúde causados pela violência temos a síndrome do pânico, depressão, distúrbios alimentares, fibromialgias, distúrbios gastrointestinais, dores crônicas, cefaleia, abuso de álcool e drogas, entre outros. Também se percebeu que vítimas de violência procuram mais consultas médicas, internações, idas a farmácias e consultas de saúde mental, em comparação a mulheres que não são vítimas de violência. Por isso deve-se considerar que a violência repercute além da tristeza e da humilhação, materializando-se num adoecer concreto, evidenciando-se no corpo físico (DA SILVA et al. 2020).

No presente trabalho também foram analisados os encaminhamentos realizados (tabela 13) para entender o que acontecia após o atendimento no CRAM. No entanto, mais de 60% das fichas não tinham esse registro.

Tabela 13 - Registro de encaminhamento, após atendimento no CRAM no Município de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2018- 2021. Por ano são apresentados os números absolutos e entre parênteses a porcentagem. NR refere-se aos casos onde não foi registrado.

Encaminhamento	ANO			
	2018 N (%)	2019 N (%)	2020 N (%)	2021 N (%)
NR	80(97,6)	146(78,5%)	68(64,2%)	123(80,4%)
Encaminhada				
Rede da Saúde	0(0,0%)	06(3,2%)	05(4,7%)	0(4,6%)
Rede da assistência social	0(0,0%)	07(3,8%)	06(5,7%)	03(2,0%)
Rede da educação	0(0,0%)	02(1,1%)	02(1,9%)	01(0,7%)
Rede de atendimento à mulher	01(1,2%)	11(5,9%)	06(5,7%)	06(3,9%)
Delegacia da mulher	01(1,2%)	10(5,4%)	12(11,3%)	08(5,2%)
Ministério público	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)	0(0,0%)
Defensoria pública	0(0,0%)	01(0,5%)	06(5,7%)	04(2,6%)

judicial	0(0,0%)	02(1,1%)	01(0,9%)	01(0,7%)
Outro	0(0,0%)	01(0,5%)	0(0,0%)	0(0,0%)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) do município de Foz do Iguaçu, 2023.

O CRAM é um centro de atenção e, por isso, não exige que a mulher denuncie, já que tem como objetivo principal oferecer apoio emocional (âmbito psicológico) ou legal (assessoramento) caso solicitado, o qual torna o centro de procura de última instância em casos de violência. Ressalta-se que que grande parte das mulheres não procura ajuda, seja porque tentam lidar com a situação sozinha ou pela descrença nas leis e no Sistema de Justiça. Com relação ao Sistema de Justiça, este vem evoluindo a favor do bem-estar e as leis foram se endurecendo frente à violência contra a mulher, porém não podemos afirmar que seja o suficiente para reduzir o crime. Apenas a aplicação da lei não é suficiente para diminuir os casos de violência, já que os motivos do acontecimento de violência encontram-se enraizados no pensamento da sociedade. Por isso devem ser implantadas medidas preventivas, como: campanhas educativas, mais serviços de assistência social para as mulheres e seus dependentes; serviços de saúde menos discriminatórios e que orientem as mulheres a buscar proteção (SILVA; CONTRIGIANI, 2020)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Foz do Iguaçu, PR, o principal agressor é conhecido pela vítima, e em sua grande maioria é do sexo masculino e o vínculo prevalente com a vítima é ser o atual parceiro ou o ex-parceiro, o que demonstra uma interligação nas duas teorias predominantes para a explicação: da cultura do patriarcado e a da relação afetivo-conjugal. Entre as outras características das mulheres que mais sofreram violência, confirmam-se que muitas possuem filhos menores de idade, não são analfabetas. Além disso, a maioria foi encaminhada ao CRAM.

O tipo de violência sofreu uma série de transformações na sua prevalência. Em 2018 e 2019, a violência mais sofrida foi a física e psicológica, com valores menores a 10% nos outros tipos de violência (patrimonial e moral). Nos anos posteriores, apesar da prevalência da violência física e psicológica continuar maior, a violência moral e patrimonial teve um aumento, o que poderia refletir um maior conhecimento e reconhecimento desses outros tipos de violência, mostrando que o esforço realizado pelo governo, os centros de apoio à mulher e a mídia estão cumprindo com o papel de educar a população, apesar de ser insuficiente. Essa educação continuada deveria ser, inclusive, papel dos entes do sistema de saúde. Contudo, considerando que o sistema de saúde foi quem menos indicou a procura por ajuda, enfatiza-se a necessidade de melhoria nesse quesito.

Portanto, a mudança só acontecerá se as mulheres tiverem acesso aos seus direitos e aos recursos necessários para saírem da situação em que se encontram, bem como conscientização acerca da questão da violência. O que exige a apropriação e compreensão desses direitos e, o mais importante, o autorreconhecimento como pessoa com “direito a ter direitos” (SILVA; CONTRIGIANI, 2020).

Além disso, destaca-se que a maioria das fichas não está completamente preenchida, sendo necessário também estratégias para mostrar a importância das informações para que haja de fato criação de ações que ajudem a combater a violência contra a mulher nesta região.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2017

ASSUNÇÃO, M. A violência patrimonial contra a mulher e a atuação da polícia judiciária. *Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília*. 20 ed., p. 306 - 333, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/39312>>. Acesso em 06 fev. 2024

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. **Diário Oficial [da] União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=08/08/2006>>. Acesso em: 21 dez. 2021

BRASIL. **CRAM-Centro de Referência de Atendimento à Mulher**. Paraná, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/cram-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher>> Acesso em: 20 dez. 2021

DA SILVA, T. M. G., et al. Violência praticada por parceiros íntimos e saúde: representações de mulheres de um município do Paraná. *Saúde (Santa Maria)*, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/41999/pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2024

Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OACNUDH). **Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)**. Brasil: Diseños e Impresiones Jeicos, S.A, 2014. Disponível em: <https://www.oacnudh.org/>



FARIA, J.; CASTRO, B. **Meu corpo não é seu: Desvendando a violência contra a mulher**. Companhia das letras, 2014

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário brasileiro de segurança pública**, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Violência contra mulheres em 2021**, v. 5, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19**, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); DATAFOLHA. **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 2 ed., 2019

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); DATAFOLHA. **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. 3 ed., 2021.

Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2023

JESUS, F.; et al. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: ocorrências em Curitiba/Paraná 2019 - 2021**. Curitiba: Revista da Escola Superior de Polícia Civil, 2022?. Disponível em: <<http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/espc/edicao-3-artigo-17>>. Acesso em: 11 mar. 2024

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002  
Governo do Município de Foz do Iguaçu. **A cidade Foz do Iguaçu**. [Internet]. 2019 [citado 2019 nov. 08]. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004>

HICKMANN, A. L. **O CRAM REJANE MARISA DAL BÓ: Uma ferramenta importante de combate à violência contra as mulheres no município de Foz do Iguaçu**. [Internet]. 2019. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/download/1712/1598/6002>>  
Acesso em: 18 fev. 2022

HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. **Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo**. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2019

Instituto Maria da Penha (IMP). **Tipos de violência**. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>> Acesso em: 20 dez. 2021

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Brasília:

Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9705-td2501.pdf>>.

Acesso em 21 dez 2023

Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. **Diretrizes programáticas para construção de centros de atendimento às mulheres em situações de violência**, Brasília DF, 2019. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/DiretrizAConstruoCRAMfinalano2019.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2021

Ministério da Economia. PPA cidadão. **Programa: Políticas para as mulheres: Promoção da igualdade e enfrentamento à violência**. 2008.

Disponível em: <<https://ppacidadeo.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/todo-ppa/objetivos.xhtml?programa=2016>>. Acesso em: 20 dez. 2021

MONTAÑO, J. **Reflexões sobre o feminicídio**. In: CHIAROTTI, Susana. (Ed.). Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do feminicídio/femicídio. Lima: CLADEM, pp. 95-106, 2011.

NÓBREGA, D.; BIANCO, G.; VOGEL, L. E.; NARDONI, A. (Org.). **Lei fácil: Violência contra a mulher**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

NÚÑEZ, W. F.; CASTILLO, M.P. **Violência familiar: Comentarios a la Ley N 29282, Doctrina, Legislación, Jurisprudencia y modelos**. Lima: Ediciones Legales E.I.R.L, 2017.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. OPAS/OMS, 2020. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

Organização Pan-Americana da saúde (OPAS). **Violência contra as mulheres**, 9 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women> >. Acesso em: 20 dez. 2021

OLIVEIRA, A. C. D. P. S. **Violencia contra las mujeres: un problema cultural en Brasil**. Polyphōnia. Revista de Educación Inclusiva/Polyphōnia. Journal of Inclusive Education, 2(2), 2018, p. 175-198. Disponível em: <http://www.revista.celei.cl/index.php/PREI/article/view/260>

Organização das Nações Unidas (ONU Woman). **Nuevos datos de ONU confirman que la violencia contra las mujeres ha empeorado debido a la pandemia de COVID-19**, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/nuevos-datos-de-onu-mujeres-confirman-que-la-violencia-contra-las-mujeres-ha-empeorado>

Organización de las Naciones Unidas- Mujeres (ONU MUJERES). **Preguntas frecuentes: Tipos de violencia contra las mujeres y las niñas**, 2022. Disponível em: < <https://www.unwomen.org/es/what-we-do/ending-violence-against-women/faqs/types-of-violence> > Acesso em: 18 jan. 2022

OTAMENDI, M. A.; FERNANDES, M. B.; ESTEVES, M. C. **Violência de género, feminicidio y resistencias en tiempos pandémicos**. O público e o privado, v. 18 n. 37 set/dez, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/4484/4237>

PADILHA, F.C.P.S.; GORISCH, P. **Hiperendemia na pandemia: aumento nos índices de violência contra as mulheres**. UNISANTA Law and Social Science, Vol. 10, N. 2 (2021) – ISSN 2317-1308

PAIVA, A. C. et al. **Violência doméstica e as implicações na saúde física e**

**emocional de mulheres:** Inferências de enfermagem. 2014.

PASINATO, W. **Diretrizes nacionais Femicídio. Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero. As mortes violentas de mulheres.** Brasília:(sn), abr, 2016.

SANTANA, M., et al. **Vulnerabilidade feminina a violência física no período da pandemia de Covid-19.** *Rev. enferm. UERJ*, 2022, p. e65076-e65076.  
Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/11/1393340/e65076-vulnerabilidade-feminina-a-violencia-diagramado-port.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2024

SANTOS, M. C.; SOARES, F. da P.; SANTOS, L. F. dos; MONTE, P. F. F. **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA.** Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/3625>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, M. I.; CONTRIGIANI, F. A. **A lei feminicídio 13.104/2015 e seus impactos no estado do Paraná: protagonismo para uma mudança cultural.** *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, 2020, vol. 2, no 2, p. 30-42. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/2935/2146>>. Acesso em: 10 fev. 2024

SILVA, E. N.; MARQUES, G. L. W. B.; WANZINACK, C. Perfil dos casos de violência interpessoal e/ou autoprovocada no Paraná entre 2015 e 2018. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, 2023, vol. 6, no 1, p. 1-15. Disponível em:

<<http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/708/294>>.

Acesso em: 12 fev. 2024

SOARES, D. Z.; CHARLES, C. J.; CERQUEIRA, C. **Feminicídio no Brasil: gênero de quem mata e de quem morre**. XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2019

SOUZA, P.; DA ROS, M. A. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento**. Revista de Ciências Humanas, 2006, no 40, p. 509-527. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17670/16234>>.

Acesso em 10 fev. 2024

SOUZA, F. M. **Violência doméstica e os impactos na educação: uma revisão bibliográfica**. UFRGS: Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/220580/001125048.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 fev. 2024

## DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE PESQUISA

### Título do projeto:

"LEVANTAMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM FOZ DO IGUAÇU-PR ACOMPANHADOS NO CRAM NO PERÍODO DE 2018-2022"

### Pesquisador (es):

Pesquisadora Responsável: Audri Josefa Chalco Mercado

Telefone de contato: +55 (45) 991444188; E-mail: [audrichalco@gmail.com](mailto:audrichalco@gmail.com)

Orientadora: Maria Claudia Gross

Telefone de contato: (45) 99405901; E-mail: [maria.gross@unila.edu.br](mailto:maria.gross@unila.edu.br)

Coorientadora: Carla da Conceição Mores Gastaldin

Telefone de contato: (45) 91061005; E-mail: [carla.gastaldin@unila.edu.br](mailto:carla.gastaldin@unila.edu.br)

### Tipo de Pesquisa:

( ) Iniciação científica

Curso:

(X) TCC/Graduação

Curso: Medicina

( ) TCC/Especialização

Curso:

( ) Projeto Institucional

Curso:

O pesquisador do projeto acima identificado declara que a coleta de dados não foi iniciada e que isso somente ocorrerá após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Ao término desse estudo, nos comprometemos a tornar público os resultados assegurando o anonimato dos participantes da pesquisa e apensar o Relatório Final na Plataforma Brasil.

Foz do Iguaçu, 06 de outubro de 2022.




Audri Josefa Chalco Mercado



MARIA CLAUDIA GROSS  
Docente  
SIAPE 1711401

Maria Claudia Gross (orientadora)



Carla da Conceição Mores Gastaldin (coorientadora)  
Carla da Conceição Mores Gastaldin  
Psicóloga  
CRP: 08/11028  
SIAPE: 1816588